

# CIDADE: ESPAÇO DE DESCONTINUIDADES

Fernando Goulart Rocha<sup>1</sup>  
Roland Luiz Pizzolatti<sup>2</sup>

## Resumo

O Brasil tornou-se ao longo do século XX um país industrializado e, sobretudo, urbano. Tais processos ocorreram no contexto da incorporação pelo Estado de políticas desenvolvimentistas objetivando, principalmente, a substituição do Brasil Rural agro-exportador, pelo Brasil Urbano de expansão setorial secundário - terciário. Entretanto, embora a urbanização tenha se apresentado como um fenômeno ascendente, o espaço urbano manteve-se na maior parte das cidades brasileiras, como um espaço fragmentando, composto por territorialidades específicas. No interior das cidades, principalmente em áreas de franjas urbanas, atividades rurais permanecem em contato com atividades urbanas, sendo que nestes subespaços, heranças e “modos de vida” distintos configuram uma particular configuração sócio-territorial do espaço urbano.

**Palavras-chaves:** urbanização, industrialização, ruralidade.

## Abstract

### City: a space of discontinuation

Brazil has become along the XX century an industrialized country and, above all, an urban country. These processes succeeded in this context of incorporation of politics of development by the state, intending, principally, the substitution of rural and agricultural exporter Brazil by an urban Brazil of secondary and tertiary setorial expansion. Although the urbanization has been introduced as a uphill phenomenon, the urban space hold itself in the most of Brazilian cities as a fragmented space, composed by specifics territories. In the interior of the cities, principally in areas of urban fringes, rural activities have been in contact with urban activities, so in this space, heritages and distinct ways of life have been reveled in a particular, social and territorial representation of the urban space.

**Key words:** urbanization, industrialization, rural activities.

## A URBANIZAÇÃO E A INDUSTRIALIZAÇÃO RECENTE

Não parece haver dúvidas de que o Brasil tornou-se ao longo do século XX um país industrial e, sobretudo, urbano. Entretanto, os contatos estabelecidos entre os espaços rurais e urbanos assumiram, no decorrer do tempo histórico, distintas configurações espaciais nas cidades brasileiras. A medida em que a promoção do espaço urbano repercutia em transformações técnicas e sociais no campo, através da revolução tecnológica das práticas agrícolas e da industrialização do território, a relação entre estes espaços – o rural e o urbano – apresentaram simultaneamente particularidades em suas funcionalidades. A relação campo-cidade consolidou-se como um fenômeno descontínuo, especialmente em razão de suas

---

<sup>1</sup> Mestre em Geografia – Professor do Departamento de Geografia da UNESC. Rua dos Lírios, 365, Jardim das Avenidas, Araranguá-SC, cep.: 88900-000. E-mail: rocha@cfh.ufsc.br.

<sup>2</sup> Doutor em Geografia – Professor do Programa de Pós – Graduação em Geografia da UFSC. E-mail: Roland@cfh.ufsc.br

diferenciações, que salientaram, entre outras coisas, o movimento contraditório e simbiótico de suas interfaces através do fenômeno da urbanização.

A configuração da urbanização e os resultados do novo contexto, acrescidos das dinâmicas do capital e da ação incisiva dos agentes urbanos, contribuíram cada vez mais ao firmamento da idéia de um favorecimento da cidade em relação ao campo que, repercutiu, por vezes, no aceite para alguns autores de uma vivência urbana completa. Entre os agentes urbanos, o Estado deteve papel fundamental na construção daquele momento marcado primeiro como atrativo e, mais tarde, pela expansão das estruturas da cidade sobre o campo. A situação caracterizou-se tanto pela disposição de uma série de infra-estruturas que por certo tempo foram exclusivamente urbanas (o acesso a serviços de saúde, educacional, à rede telefônica, elétrica e abastecimento de água, por exemplo), como também pela função catalisadora da cidade em relação aos habitantes das áreas rurais, que foram incorporados ao trabalho nas fábricas e nas demais atividades urbanas.

Diante a este processo, a concepção de uma certa expansão indiscriminada de equipamentos e artefatos técnicos nas áreas urbanas e rurais, resultando em permitir uma maior e mais complexa interação entre esses setores e conduzindo a noção de uniformidade espacial, tende a ser aceita como realidade indiscutível. Os usos e os significados diferenciados de apropriação das estruturas mostram, porém, que a noção de uniformidade assim constituída apresenta-se parcializada. Sendo restrita aos referenciais estruturais e aos objetos, tal noção restringe-se à superficialidade. Quando considerada a maneira pela qual a sociedade como um todo absorve e se utiliza desses equipamentos, a seletividade de acesso imposta pelo capital, bem como os diferentes níveis de influências geradas pela inserção desses objetos no interior da sociedade de classes, torna-se possível perceber que a uniformidade de fato não ocorre.

Certamente o processo de urbanização junto à industrialização do território foi evento importante e, sem dúvida, marcou sobremaneira as relações de produção, de trabalho e estreitaram as relações entre o campo e a cidade. Sob esse ponto de vista, evidente que não é possível desprezar a representatividade das funções urbanas, do modo como acontece a drenagem da renda agrícola para as cidades e sua influência sobre parte da população rural.

Contudo, torna-se imprescindível a percepção de que os processos de urbanização e industrialização não produziram clivagens absolutas às dinâmicas e vivências da população rural de forma hegemônica. A medida em que se considera a urbanização – e a expansão urbana – como fenômenos que conduzem a uma nova racionalidade local, assim como a expansão das indústrias repercute em uma nova lógica de reprodução do capital e às relações de trabalho, é inequívoco perceber que esses processos não são espacialmente contínuos. Sendo marcado pelas discontinuidades, o espaço urbano configura-se como espaço de diferenças e territorialidades específicas. Assim, a velocidade como se processou a urbanização brasileira e a tomada das áreas rurais não significou a renúncia completa por parte dessa população das atividades e costumes do campo no interior da cidade, formando então subespaços.

## OS SUBESPAÇOS E AS ESPECIFICIDADES DAS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE

No decorrer do tempo histórico, a cidade consolidou-se como reflexo do desenvolvimento, enquanto que o campo passou a ser concebido como atrasado e pouco dinâmico. As modificações provocadas em razão da ascensão burguesa na cidade, repercutiram entre outras coisas, na substituição da economia agrícola pela industrial. Para LEFÉBVRE (2001), a transformação da cidade através do fortalecimento burguês distanciou as sociedades onde predominavam as relações de propriedade da terra, pela sociedade atrelada

as novas formas de reprodução do capital fundadas principalmente na indústria. Sob o predomínio do capital, a cidade tomou como base o crescimento urbano vinculado à renda fundiária que passou a incorporar a lógica social dominante. A renda fundiária e a dinâmica econômica envolvida na possibilidade de explicitá-la, relacionou-se assim, a força econômica própria das sociedades burguesas em que as categorias utilizadas para explicar a cidade surgem primeiro a partir da indústria e não de modificações sobre o espaço rural.

A expansão das cidades no modo de produção capitalista, resultou em significativas transformações no campo. As concentrações urbanas que se estenderam sobre as áreas rurais e as absorveram, acabaram por apresentar a construção de uma nova paisagem, representada pelas dinâmicas e vivência das populações residentes. Contudo, estudos acerca das questões urbanas, das quais têm alardeado a respeito da funcionalidade e independência da cidade sobre o campo, mostram-se pouco abrangentes quando desconsideram o espaço urbano como um mosaico de subespaços articulados, composto por grupos sociais e modos de vida distintos. As configurações das particularidades desses subespaços necessitam, assim, de uma interpretação mais apurada.

A urbanização, a medida em que avança sobre o território, tem representado uma particular relação cidade – campo que consiste na presença de subespaços rurais no espaço urbano. Como se pode observar, mesmo através do impulso e das conseqüentes transformações que tem representado a urbanização sobre as áreas rurais, este processo não significa em uma completa privação de costumes e atividades do campo por parte da população de origem rural na cidade.

Mesmo residindo na cidade, muitos dos habitantes provenientes das áreas rurais reproduzem os contornos da vida do campo no espaço urbano, não apenas pela vivência, como por serem representantes de uma economia rural no interior da economia citadina. Entender como ocorre e se materializa o referido fenômeno, repercute em analisar de que modo as atividades da economia urbana, formada pelas atividades econômicas da indústria e do comércio, imbricam e se relacionam às atividades rurais, tipicamente integradas a economia do campo que se encontram estabelecidas na cidade.

Colocado deste modo, é inequívoco perceber que a transferência rural-urbana da população impõe uma complexificação sobre o espaço urbano e na forma de racionalizar e operacionalizar as categorias e atividades no interior da cidade. Conforme MAIA (1994), as atividades rurais quando inseridas no contexto da economia citadina, não podem ser compreendidas como processos separados das funções urbanas. As referidas atividades fazem parte da economia da cidade, seja como ocupação diversificada do trabalhador urbano, seja como possível estratégia de sobrevivência ou reprodução de capital pelos praticantes de atividades rurais neste espaço.

Assim, cabe reafirmar que o crescimento da população urbana não significou uma integral ou exclusiva inserção dos indivíduos com as atividades citadinas, embora os estudos urbanos tenham desconsiderado, por vezes, esta abordagem e compreendido a população urbana como homogeneamente participante da economia urbana marcada pela dinâmica dos setores secundário e terciário. Entretanto, as rugosidades do espaço urbano compreendem elementos que se estabelecem além do que comumente se denomina a função econômica urbana ou a vocação da cidade. No Brasil, como ressaltaram LAGES & TEIXEIRA (1997:11), o fenômeno da “desruralização” da população e sua alocação à cidade, não significou que eles se integraram e se urbanizaram *stricto sensu*. Para os referidos autores,

(...) é um certo tipo de relação (de reprodução) entre uma população e seu meio que caracteriza a ruralidade e a urbanidade, e não as características do meio natural. Assim sendo, um local poder ser chamado de rural segundo predominância de certas relações sociais.

Quanto a este aspecto, cabe destacar que os espaços rurais ou urbanos não se organizam aleatoriamente, mas conforme distintas formas de produzir e baseadas em relações sociais específicas. Em decorrência, este aspecto permite considerar uma divisão do trabalho e uma ruralidade presente no espaço urbano, observando a vivência dessa população e a maneira como estas se estabelecem na cidade.

A permanência de atividades rurais na cidade vigora não somente pelas relações econômicas e pela colocação desta população na configuração territorial urbana, mas revelam um espaço de identidades e representações firmadas nas atividades do campo. Neste sentido, “as paisagens rurais são o suporte de heranças consideráveis, sob a forma de um patrimônio produzido por séculos de trabalho e também sob a forma de um *savoir faire* de hábitos culturais, notadamente no domínio da percepção (LAGES & TEIXEIRA, 1997:13)”.

No Brasil, o intenso contingente migratório campo-cidade percebido em praticamente todas as escalas a partir de 1950, correspondeu a uma urbanização de múltiplos contrastes marcada pelas desigualdades. A situação colocada se exprime pelo desequilíbrio na demanda solvável de empregos e de oportunidades que, em pouco tempo, tornou desproporcional o crescimento da população urbana em relação às ofertas de trabalho disponibilizadas pelas indústrias. Nesse contexto, não é difícil perceber as razões pelas quais a urbanização foi simultaneamente influente na existência e manutenção de uma reserva de força de trabalho. A referida situação é inerente à dinâmica da sociedade capitalista e, também, no rol das desigualdades sociais promovidas pelas contradições do referido sistema econômico.

O movimento dialético presenciado conduziu substancialmente ao retorno de atividades rurais pelos habitantes que, provenientes do campo, não encontram meios a se sustentarem na cidade. Desta maneira, pelo menos dois eventos tem sido relevantes na constituição de subespaços rurais no espaço urbano: o primeiro, relacionado à expansão das cidades e a inclusão de áreas rurais e, o segundo, referido ao movimento de transição da população do campo para a cidade em busca de oportunidades.

Quanto ao primeiro evento, a existência de resquícios rurais tem se estabelecido pelo fato de que nestas áreas as atividades agrícolas permanecem presentes sem que a expansão do tecido urbano pudesse modificá-los diretamente. A produção agrícola ou as atividades rurais dos subespaços não sofreram uma ruptura. As propriedades apenas se mantiveram voltadas ao “mundo rural” e, em decorrência disso, suas especificidades podem ser indistintamente compreendidas como “anomalias” intrínsecas do espaço urbano.

No segundo, a constituição dos subespaços rurais deu-se a partir da transferência da população rural para a cidade em busca de melhores oportunidades de renda e de condições de vida através de uma transferência territorial, de ordem física. Na organização da cidade contemporânea, a partir da capitalização da agricultura, uma significativa massa de trabalhadores rurais tornou-se assalariada, sendo que as áreas urbanas passaram a receber um intenso fluxo migratório do campo.

Tal fenômeno é decorrente da concepção de cidade fortalecida pelo capitalismo que a colocou como *locus* do progresso e sob o preceito de que nela estaria o sentido do desenvolvimento sócio-econômico, sendo centralizadora das trocas e das transações de riqueza produzidas pelo capital industrial e comercial. Ocorre, entretanto, que na cidade as populações provenientes do campo por vezes continuam mantendo atividades e costumes rurais, em virtude de não encontrarem possibilidades de se engajarem no circuito do capital urbano.

Logo, torna-se possível observar que em algumas áreas das cidades brasileiras não ocorre a inserção integral da população rural a “vida urbana”. As áreas rurais fronteiriças à área urbana e as populações que aí vivem voltadas às atividades do campo, sob os impulsos da expansão da cidade, tornaram-se categoricamente urbanas ainda que de fato sejam rurais pela produção e pelo seu modo de vida. A tomada das áreas rurais pelo perímetro urbano inclui-se

na política estatal de promover a cidade e seus “benefícios” em função da importância tributária das propriedades urbanas e em virtude do fortalecimento do mercado interno favoravelmente possível a se consolidar.

Assim, como reflexo da relação dialética e sincrônica do espaço urbano capitalista, os subespaços rurais preservam atividades e costumes do campo em seu interior, não permitindo o desaparecimento por completo o modo de vida rural na cidade. As populações provenientes do espaço rural que residem na cidade, embora teoricamente integrantes da área urbana, constituem áreas específicas de atividades rurais neste espaço. A este respeito MAIA (1994:41) escreveu:

cada vez mais se tem a ampliação do tecido urbano. Este se apropria do campo, transformando-o em território urbano, podendo então a partir daí, tirar mais uma fonte de renda. Atualmente, os elementos – luz elétrica, fogão a gás, televisão, telefone (...) já não mais dizem respeito apenas à cidade. A vida urbana chega ao campo, fazendo-o integrante do paraíso de consumo.

Desta maneira, a cidade urbanizada e ocupada preserva vestígios do campo, fazendo com que o processo de urbanização e as terminologias campo x cidade, ou rural x urbano, tornem-se cada vez mais obscuras. A cidade é constantemente construída e reconstruída, sendo que em seu interior, estas formas confundem-se a medida em que a cidade se expande ou recebe a população proveniente do campo. Pode-se observar a existência de subespaços rurais à medida que se percorre o interior das cidades, propondo uma particular paisagem nos arranjos espaciais onde se encontram inseridos.

Diante então, o campo e a cidade, anteriormente compreendidos por suas diferenças territoriais, tanto em papéis como em relação à produção e ao consumo, apresenta de modo anômalo outro sentido no interior dos subespaços. Tal fenômeno tem evidenciado transformações relevantes tanto no campo quanto na cidade na medida em que salienta um novo momento da cidade e nas áreas em que se encontram presentes. Assim, a dinâmica do espaço torna-se a base fundamental para a análise do processo destes subespaços, sobretudo no momento em que este se apresenta aliada à idéia de sistemas de tempo.

A intersecção entre os sistemas técnicos de diferentes idades, os distintos modos de vida e as formas de trabalho atuantes nos subespaços rurais, representam igualmente pressupostos a caracterização das especificidades do espaço urbano como rugosidades do processo de expansão urbana e da urbanização. A noção de rugosidade, definida a partir de SANTOS (1999), baseia-se em compreender o papel da “inércia dinâmica” das formas herdadas.

Compreender o significado das rugosidades do espaço constitui-se em percebê-lo além de suas heranças físico-territoriais, mas também como heranças socioculturais e sociogeográficas. A presença de subespaços rurais no interior do espaço urbano apresenta algumas faces dessas rugosidades. Como espaço descontínuo, o espaço urbano apresenta funcionalidades e recortes espaciais que de algum modo permite observar a presença de múltiplas territorialidades inscritas pelo tecido urbano.

Por outro lado, a coesão entre os subespaços rurais e a cidade, acontece em diversos níveis e escalas. Essa coesão poderá ser maior ou menor dependendo dos interesses e das necessidades da urbanização e daqueles que mantém atividades rurais na cidade, da interferência em maior ou menor grau dos agentes urbanos e, principalmente, das forças impostas pelo poder econômico do capital. Como integrante do papel de mudanças, os agentes produtores do espaço propõem um novo arranjo ao uso residencial e de produção na cidade a partir da transferência ou permanência do rural no urbano. Estas relações acabam ‘alocando’ e ‘realocando’ no espaço da cidade distintas paisagens na cidade ao longo do

tempo. A reprodução dos subespaços, a incorporação ou exclusão que estas preconizam, repercutem em uma reflexão ampliada das contrariedades e complexidades do espaço.

O compartilhamento espacial ou territorial, entretanto, está longe de conferir uma coesão de vivências na cidade. Isto se deve em primeiro lugar, porque o aceite da idéia de que os acessos a serviços ou estruturas possam conferir por eles mesmos condições de modificar os hábitos e a vivências sobre uma determinada população, repercute em correr o risco de se acreditar em um determinismo tecnológico uniformizante ou globalizante, o que na realidade não ocorre. Depois, porque o rural é, além disso, uma abstração, uma construção social. Como escreveu Luginbuhl (1989), o rural se define, antes de tudo, pela sua população – rural – ocupando e transformando um espaço – que se torna rural – por usos diversos que não são unicamente agrícolas.

Também a constatação da articulação e fragmentação do espaço urbano representa o momento das classes que o constitui. As diferenças entre as classes sociais urbanas, não apenas contribuem para que se perceba a desarticulação da cidade, como fornecem respostas à divisão entre as áreas, especialmente aquelas residenciais rurais marginalizadas e abarcadas por esta. Por isso, “o espaço urbano é um condicionante da sociedade, fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campos de luta (CORRÊA, 1999: 08)”.

Assim, a cidade capitalista compõe-se como espaço de contrastes, moldado por agentes e intencionalidades diversificadas que se prestam a formar um complexo jogo de interesses, refletido pela própria desigualdade social que lhe dá conteúdo. A realização da lógica produtiva do mercado no interior da cidade acrescenta ao espaço urbano a caracterização do espaço como espaço de consumo, de usos e da necessidade de homogeneização que o sistema capitalista exige como fonte da sua existência.

Por outro lado, a partir do contato com as áreas rurais, a cidade apresenta-se como espaço onde se ampliam seus graus de complexidades. Quanto maiores as complexidades do espaço urbano, maiores são as exigências sobre o Estado pela instauração de políticas públicas que organizem, de forma mais eficiente e de maior abrangência, as territorialidades presentes em seu interior.

Cabe destacar a despeito das intenções das políticas voltadas a urbanização em se tornarem abrangentes e completas, que ela não se deu independente das condicionantes locais, estando associadas às formas espaciais e as bases econômicas do território. Como colocou SANTOS (1993), na cidade e dentro dela, em virtude da divisão do trabalho, prevalece à coexistência de paisagens funcionalmente distintas. A sociedade urbana, apesar de uma, exhibe-se segundo formas particulares e lugares diferentes. Essa característica do espaço urbano representa para o autor, o princípio da diferenciação dos subespaços.

Quanto ao Estado, este atua sobre o espaço urbano de modo a satisfazer as necessidades emergentes, fornecendo condições à expansão da urbanização, sendo as propriedades rurais concebidas como áreas residuais a serem futuramente suplantadas pela cidade. A fragmentação do espaço urbano em subespaços se concretiza pela disposição da cidade e das estruturas e sistemas que a compreendem, haja vista que a referida disposição é heterogênea, particular, e por vezes incompleta. Assim, a cidade se revela principalmente através de suas estruturas disformes, sejam pelas atividades exercidas, sejam pelos diferentes usos feitos do solo em seus domínios.

As diferentes estruturas e modos de vida que se incluem no espaço urbano revelam as transformações e a acentuação das contradições em seu interior ao longo do tempo histórico. Cabe destacar a despeito das intenções das políticas voltadas a urbanização em se tornarem abrangentes e completas, que ela não se deu independente das condicionantes locais, estando associadas às formas espaciais e as bases econômicas do território. Diante a isso se torna

conveniente a definição de vários aspectos da urbanização, sobretudo em nível local, pelas múltiplas variáveis atuantes, pelas diferenciações e pelas características que assumiu.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As colocações expostas concentraram-se em discutir as relações rurais-urbanas ressaltando os processos mais amplos que as produzem, introduzindo uma dimensão histórico-dialética na relação campo-cidade procurando abranger as relações sociais e culturais que comumente se denomina rural e urbano. Sob esta perspectiva, acredita-se que uma diferenciação rural/urbana somente poderá ser compreendida historicamente, no contexto do atual momento das sociedades do campo e da cidade, diante a reprodução do capital e como percussoras de fenômenos sociais ora mais, ora menos integradas. Assim, parece prudente analisar o espaço urbano considerando sua inserção ao modo de produção capitalista, observando contradições da estratificação social conduzindo a considerar a cidade como local de convergência de processos e interesses das mais diferentes e variadas ordens.

Por outro lado, o anseio da discussão busca contribuir no sentido de desmistificar a proposição de que a população rural é representativa de uma cultura estática, ao mesmo tempo em que é continuamente concebida como pólo extremo do modo de vida urbano. Porém, como se tem visto, discursos que convergem a conceber o modo de vida urbano como dominante e indiferenciado, conduzindo a concepção do modo de vida rural como “atrasado” e pouco resistente à urbanização (e a urbanidade), persistem teoricamente representando uma fração de estudos que desconsideram a evolução endógena da população rural e de sua vivência dialética no interior da malha urbana. De acordo com MAIA (1994), a vivência rural constitui-se mais do que simples formas de sobrevivência, representando identificações com o trabalho realizado sendo confirmada pela vontade em manter hábitos do campo na cidade. Assim, a urbanização e os eventos associados a ela, apesar de objetivarem criar um “modo de vida total” e de difundir-se de maneira generalizada pelo território, como colocou LOHN (1999), concretiza-se por revelar as fragmentações, as divergências e a inclusão incompleta de seus pressupostos pela população que a constrói como coisa material.

Nos contornos da cidade, frente à materialidade dos subespaços rurais, sua existência é percebida como um componente intruso, uma forma de resistência à especulação do capital e da ação dos agentes urbanos sobre a propriedade fundiária. Como entidades residuais, o uso do solo e as atividades rurais na cidade são comumente negligenciados no pensar da cidade realizada pelo Estado capitalista, que se coloca a mercê do mercado e das investidas do capital sobre o território.

Neste contexto, o espaço urbano se estabelece como *locus* da multiplicidade de vivências e de contradições, o que lhe confere a fragmentação espacial como característica fundamental a compreendê-lo em sua essência. Os diferentes atores que constroem o espaço, os traços da ruralidade e da urbanidade em seu interior e o papel do Estado diante este cenário, repercute assim, nas descontinuidades da cidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. Série Princípios, São Paulo: Ática, 1999.

LAGES, V. N.; TEIXEIRA, M. A. **Transformações no Espaço Rural e a Geografia Rural: Idéias para Discussão**. Revista de Geografia, Universidade Estadual Paulista/UNESP, vol. 14, São Paulo, 1997. p.p 9-33.

- LEFÉBVRE, H. **A Cidade do Capital**. 2ª ed. Rio de Janeiro : DP&A, 2001.
- LUGINBUHL, Y. **Le rurale pour penser la nature?** In: Du rurale à l'environnement: la question de la nature aujourd'hui. Paris: ARF, L'Harmattan, 1989.
- LOHN, R. L.. **A Cidade contra o Campo**. In: BRANCHER, Ana. História de Santa Catarina. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999, p. 41-60.
- MAIA, D. S. **O Campo na Cidade: Necessidade e Desejo**. Dissertação [Mestrado] em Geografia PPGG/UFSC: Florianópolis, 1994.
- OLIVEN, R. G. **Urbanização e Mudança Social no Brasil**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1984.
- SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- \_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1999.

Recebido em abril de 2005

Aceito em dezembro de 2005